



Revista Eletrônica Navegador

Controladoria Geral do Município - Natal/RN

3ª Edição - 3º quadrimestre de 2016

Encerramento do Exercício e Novo Mandato

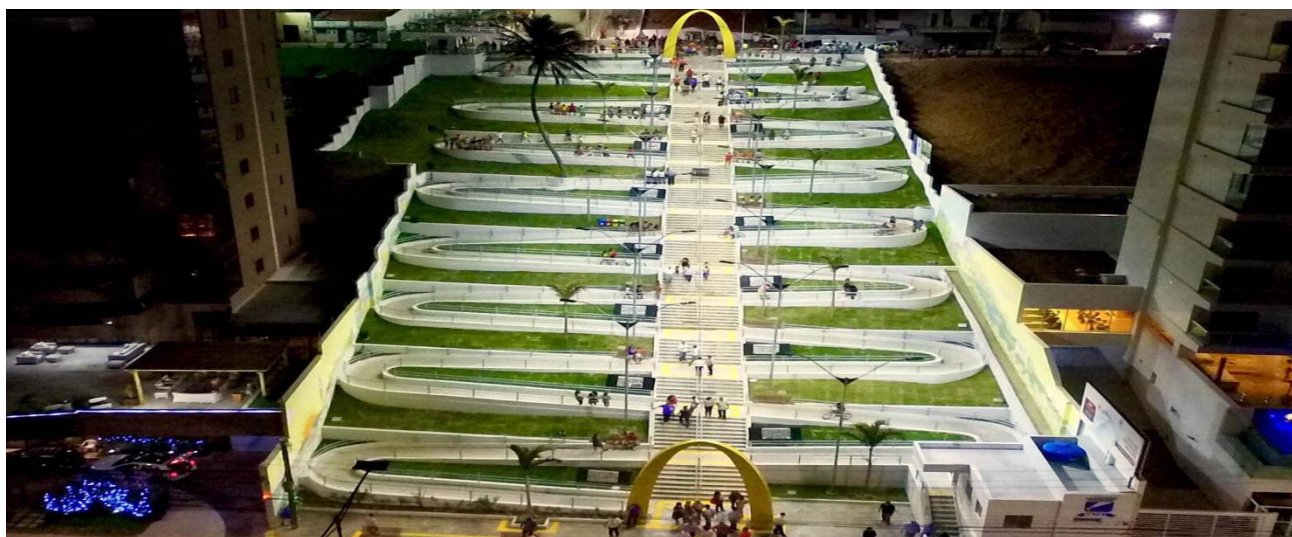


Foto: Blog do BG.

O terceiro quadrimestre de 2016 foi marcado pela reeleição do Prefeito Carlos Eduardo, possibilitando a continuidade de um trabalho que é aprovado pela população natalense.

Com isso, a Controladoria Geral do Município, sob a gestão de José Dionisio Gomes da Silva, preserva as atribuições que desempenhou durante a legislatura, atuando nas suas funções de controle interno, ouvidoria e contabilidade da Prefeitura.

Entretanto, uma mudança ocorreu: Rodrigo Quidute assume como novo Ouvidor Geral do Município e para

conhecer um pouco sobre ele e suas avaliações e expectativas, fizemos uma entrevista (pág. 2).

Além disso, contamos com um artigo de peso nessa edição! O Professor da UnB, Doutor José Matias-Pereira, escreve sobre governança na administração pública fazendo uma rica análise sobre as Instituições de Educação Tecnológica.

Espero que a leitura seja agradável e, como esta é a última edição do exercício de 2016, desejamos um excelente ano de 2017!

Equipe da Revista Eletrônica Navegador

Veja nesta edição:

Entrevista com o
Ouvidor Geral do Município
Pg. 2

Ações e Avisos
da CGM
Pg. 3

Artigo sobre Governança na Adm. Pública pelo
Professor da UnB, Dr. José Matias-Pereira
Pgs. 4 à 6

Prefeito: Carlos Eduardo
Controlador Geral: José Dionisio Gomes da Silva
Controlador Geral Adjunto: Douglifan Oliveira ~ Chefe de Gabinete: Renata Gomes ~ Chefe de Ass. Jurídica:
Danielly Dantas ~ Contador Geral: Leandro Saraiva ~ Ouvidor Geral: Rodrigo Quidute ~ Diretora do Dep. de
Controle Interno: Janice Monteiro ~ Diretor Dep. Auditoria: Roberto Lima ~ Ass. de Controle Interno: Victor Godeiro

Equipe Revista Navegador
Coordenador Geral: Victor Godeiro

ENTREVISTA: RODRIGO QUIDUTE, OUVIDOR GERAL DO MUNICÍPIO

Com a mudança da legislatura, sendo o prefeito Carlos Eduardo reeleito, ocorreram algumas mudanças em cargos específicos na Prefeitura, sendo um deles a entrada do novo Ouvidor Geral do Município, Rodrigo Quidute, que explicará suas ideias e pretensões.

Rodrigo Ferraz Quidute



Rodrigo Ferraz Quidute é advogado com ênfase na eficiência municipal, possuindo especialização em Direito Tributário pelo IBET - Instituto Brasileiro de Direito Tributário. Foi Conselheiro Título do Tribunal Administrativo de Tributos Municipais do município de Natal no biênio 2013-2015.

Rodrigo, como suas experiências e formação acadêmica contribuem para o desempenho da função de Ouvidor Geral do Município?

R.: Tenho atuado na vida pública há muitos anos, com especial ênfase e dedicação à eficiência municipal. E dentro dessa temática, alusivo ao município de Natal, pude exercer no primeiro mandato do prefeito Carlos Eduardo, a função de Conselheiro titular do TATM – Tribunal Administrativo de Tributos Municipais da capital, colaborando junto com os demais conselheiros, na correta interpretação da legislação tributária do município em última instância.

Ademais, minha formação jurídica, atrelada às experiências vividas ao longo dos anos no trato da coisa pública, me permitem aplicar soluções rápidas aos diversos problemas que ora surgem.

A função de Ouvidor Geral da capital do Rio Grande do Norte será mais um grande desafio em minha carreira que espero desempenhar da melhor maneira possível.

Com sua entrada, qual a situação e organização encontrada na Ouvidoria e quais adaptações foram feitas?

R.: Encontrei a Ouvidoria Geral bem aparelhada de equipamentos eletrônicos e com uma excelente equipe de estagiários dedicados, que conhecem à fundo as atribuições do nosso mister. Atualmente estamos funcionando em instalações provisórias, mas a perspectiva é que ainda em abril estejamos mudando para uma área ampla para melhor atender ao cidadão natalense.

Quais planos o senhor pretende pôr em prática para o futuro da Ouvidoria?

R.: Pretendo ampliar o excelente trabalho que vinha sendo realizado pelos gestores que me antecederam, aumentando as atribuições da Ouvidoria Geral.

Estamos nos ajustes finais de preparação para inaugurar o aplicativo para smartphone Fala Natal, que irá criar uma aproximação imensa dos cidadãos aos serviços oferecidos pelos órgãos do município. Estamos contratando mais estagiários para justamente atender essa nova ferramenta de acesso dos cidadãos. Pretendo, também, realizar parcerias com diversos órgãos da administração pública municipal, estadual e federal, desenvolvendo atividades conjuntas dirigidas ao cidadão e à prática administrativa e dentro desse conceito, colocar em funcionamento o projeto Ouvidoria Intinerante nas Escolas, levando ao conhecimento dos alunos do ensino básico, seus direitos enquanto cidadãos.

Teremos muito trabalho pela frente e o que não nos faltará é disposição e ânimo para colocar todas essas práticas em execução. Não tenho dúvida que Natal, quando estiver com nossos planos traçados em efetivo uso, será uma cidade ainda melhor de morar e o natalense terá orgulho de dizer que aqui vive.

AÇÕES E AVISOS DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

INSPEÇÃO NOS IMÓVEIS ALUGADOS

No dia 25 de outubro de 2016, o Prefeito Carlos Eduardo anunciou uma série de ações com o objetivo de reduzir os gastos da gestão municipal. Entre essas medidas anunciadas, estava a avaliação dos preços dos aluguéis de todos os contratos da Prefeitura de Natal, para fins de redução do valor pago com locação de imóveis.

Neste sentido, o Controlador Geral, Dr. José Dionísio Gomes, solicitou ao Departamento de Auditoria da CGM a execução de uma inspeção em todos os imóveis alugados pelos órgãos da Administração Direta e Indireta do município de Natal-RN. Nesta inspeção, além de levantar uma listagem com os valores de aluguéis, endereço, prazo contratual, locador e fonte dos imóveis, deveria ser elaborado um relatório com informações coletadas durante as visitas.

Assim, foram visitados, do dia 06 de Outubro de 2016 até 30 de Novembro de 2016, os 103 imóveis alugados pela municipalidade, sendo avaliados os seguintes aspectos: A condição geral dos imóveis, a adequação do imóvel a sua atividade fim e se o valor do aluguel parecia razoável. Foi feito também um amplo relatório fotográfico dessas visitas.

O relatório final da inspeção foi passado ao Controlador Geral do Município no dia 01 de dezembro de 2016, e seus resultados e análises foram apresentados ao Conselho de Desenvolvimento Municipal - CDM. Com base nas informações levantadas e relatadas, a gestão municipal está trabalhando na efetiva redução dos valores pagos com aluguéis.

CURSO GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

Foi realizado no dia 13 de dezembro do corrente ano, curso sobre “Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos”, uma iniciativa da Secretaria Municipal de Administração com o apoio da Controladoria Geral do Município. O curso, ministrado pelo Controlador Adjunto, Douglifan Queiroz Oliveira, contou com a presença dos servidores

da Administração Direta e Indireta da Municipalidade. Na ocasião diversas dúvidas foram dirimidas pelo palestrante e foram debatidas questões relevantes acerca das características dos contratos administrativos, cláusulas necessárias, prorrogação de vigência, reequilíbrio econômico – financeiro fiscalização dos contratos administrativos e aplicação de sanções.

Ademais, com o intuito de enriquecer o tema, houve a participação da Engenheira Clarissa Louise Moura, Chefe da Assessoria de Avaliação de Obras da Controladoria Geral do Município, que tratou da importância da função do fiscal na fiscalização das obras públicas, enfatizando as atribuições da fiscalização, aspectos das medições e procedimentos a serem adotados para o recebimento provisório e definitivo das obras.



ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

Com a aproximação do encerramento do exercício, a Contadoria Geral do Município vem se encontrando com representantes dos financeiros das secretarias do município para garantir a fidedignidade dos dados, revisando os restos a pagar e demais dados financeiros-orçamentários.

É imprescindível o comprometimento de toda a Prefeitura para atender prontamente as demandas da Contadoria para garantir um Prestação de Contas de Governo completa e livre de erros.

Governança na Administração Pública: Desafios e perspectivas das Instituições de Educação Tecnológica

José Matias-Pereira



Economista e advogado. Doutor em ciência política (área de governo e administração pública) pela Universidade Complutense de Madri, Espanha, e Pós-doutor em administração pela Universidade de São Paulo. Professor de administração pública e pesquisador associado do programa de pós-graduação em ciências contábeis da Universidade de Brasília.

Introdução

As crescentes demandas da sociedade brasileira, por serviços públicos de melhor qualidade, especialmente nas áreas de educação, saúde e segurança pública, com mais ética e transparência, estão exigindo mudanças profundas na administração pública. Para que isso ocorra é preciso que o Estado se torne cada vez mais inteligente e cooperativo, atuando em sintonia com a sociedade.

As mudanças no entorno, a evolução tecnológica, as exigências cada vez mais específicas por parte dos destinatários ou usuários desses serviços, assim como um contexto de recursos escassos e cada vez mais controlados, exigem mudanças significativas na forma de governança das organizações públicas. Estes são os casos das universidades e das instituições federais de educação profissional e tecnológica, que estão enfrentando profundas restrições orçamentárias, o que evidencia que necessitam de buscar novas formas de governanças e financiamentos.

Registre-se que, a boa governança busca garantir que os processos e instituições governamentais realizem resultados que atendam as demandas da sociedade ao mesmo tempo em que promovam a utilização dos recursos com eficiência, eficácia e efetividade.

1 Palestra feita no CONCECTAIF/CONNECTAE – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Brasília - DF, 07 de outubro de 2016.

É sabido que o desenvolvimento ocorre com recursos humanos preparados e talentosos, ideias inovadoras, projetos consistentes, parcerias, articulação das políticas públicas, estímulo à cultura empreendedora, participação social, planejamento e gestão, visão estratégica, nova cultura política e recursos para investimento. Nesse sentido, fica evidente a relevância da necessidade da priorização das políticas públicas de educação de qualidade, em todos os níveis, para fomentar o desenvolvimento do país.

Parte-se do pressuposto que a educação profissional, científica e tecnológica é um modelo relevante para a geração de oportunidades para a sociedade, em especial, para os seus alunos. Contribui para a construção da cidadania e para o desenvolvimento econômico e social do país.

É relevante destacar que, a importância dos dispêndios públicos em educação, que provocam efeitos positivos sobre os índices educacionais e o crescimento econômico do país, estão evidenciados nos estudos de diversos autores, como por exemplo, Zoghbi, Matos, Rocha e Arvate (2009)², e Acemoglu, Aghion&Zilibotti, 2006³. Por sua vez, os problemas de governança na administração pública aqui debatidos se apoiam na teoria das Finanças Públicas (Musgrave, 1959; Matias-Pereira, 2016)⁴, e nas teorias da Agência e Institucional.

Feitas essas considerações iniciais, assinalo que deverei me ater a análise das perspectivas e dos principais desafios das instituições federais de educação profissional e tecnológica.

Exigência de uma nova governança pública

Num ambiente de mudanças e turbulências, o Estado reafirma a sua relevância como ente de apoio ao mercado, responsável por mediar, estimular e promover intervenções e regulações. Esse novo cenário está exigindo dos governantes a adoção de ações inovadoras na gestão do setor público. Para cumprir esse papel, é essencial que o Estado tenha um perfil inteligente-mediador-indutor, o que exige instituições democráticas

2Zoghbi, A. C. P.; Matos, E. H. C. D.; Rocha, F. F.; e Arvate, P. R. Mensurando o desempenho e a eficiência dos gastos estaduais em educação fundamental e média. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, 39(4), 785-809, 2009.

3Acemoglu, D.; Aghion, P.; e Zilibotti, F. Distance to frontier, selection, and economic growth. *Journal of the European Economic association*, 4(1), 37-74, 2006.

4Musgrave, R. A. *The theory of public finance*. New York: McGraw-Hill, 1959; e Matias-Pereira, J. *Finanças Públicas*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

sólidas; orientado para eficiência, eficácia e efetividade; busca pela excelência; criação de valor público; flexibilidade e inovação; abordagem gerencial; ethos no serviço público e competência em recursos humanos, entre outras. O Estado inteligente-mediador-indutor deve ser entendido como aquele capaz de promover a criação de valor público, a geração de capital social, o engajamento cívico, a coordenação de atores público e privados, a inclusão social e o compartilhamento de responsabilidades (Matias-Pereira, 2010: 111)5.

Diante do agravamento da crise econômica e das restrições orçamentárias no Brasil, fica cada vez mais evidente a necessidade da introdução de um novo estilo de governança pública, visto que a eficiência da administração pública se tornou uma necessidade. Ela faz parte dos compromissos e das responsabilidades do gestor. A governança deve ser entendida como uma conquista, e resulta de um processo contínuo de trocas e interações entre todos os setores e segmentos da organização (Matias-Pereira, 2010, 2016)6.

Essa não será uma tarefa fácil, visto que o contexto da globalização e das sociedades em rede com múltiplos atores que agem simultaneamente é o da imprevisibilidade. As decisões ocorrem em número crescente de lugares, o que amplia a fragmentação. Essa fragmentação aumenta a interdependência. Por sua vez, a fragmentação e interdependência levam à incerteza. As abordagens convencionais de governança, entretanto, não foram concebidas nem organizadas para lidar com complexidade e incerteza.

A expansão da educação profissional

Constata-se que, no período de 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no país. Por sua vez, entre 2003 e 2016, ocorreu uma expansão acelerada dessas escolas no país. Nesse curto intervalo de tempo foram construídas pelo Ministério da Educação mais de 500 novas unidades referentes ao plano de expansão da educação profissional, totalizando 644 campi em funcionamento. A rede atual é composta por 38 institutos federais, 25 escolas técnicas vinculadas às universidades federais, 2 centros federais de educação tecnológica, uma universidade tecnológica e o colégio Pedro II.

Os institutos federais, por sua vez, foram definidos pela Lei n. 11.892, de 2008, como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimento técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

É oportuno destacar que, as 41 instituições que integram a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, estão espalhadas em 561 municípios por todo o país, com 60 mil servidores e 1 milhão de estudantes. São instituições que atuam na oferta de cursos de qualificação profissional, técnicos de nível médio, superiores de tecnologia, bacharelados e licenciaturas. Os institutos Federais também atuam na oferta de pós-graduação, em programas *lato e stricto sensu*. Atuam, também, no desenvolvimento de programas de extensão, e de pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo.

Efeitos das restrições orçamentárias

É necessário alertar, considerando esse novo contexto, que as medidas de austeridades irão se aprofundar na administração pública, após a aprovação da proposta de emenda à constituição (PEC) que impõe um teto ao gasto público. Essas restrições, em maior ou menor intensidade, serão sentidas pela sociedade como um todo. A PEC surge como uma medida inevitável, na medida em que busca resolver o problema do descontrole das contas públicas, que se agravaram nos últimos anos, notadamente no governo da ex-presidente Dilma Rousseff, que não levou em consideração na sua gestão que nenhum Estado pode gastar mais do que arrecada. Dentre os setores que serão afetados pelo aprofundamento das restrições orçamentárias, destaque, em especial, as universidades públicas e as instituições federais de educação profissional e tecnológica.

Essa nova realidade impõe as instituições de educação superior, cujas despesas estarão submetidas à aludida PEC, mudanças culturais e de gestão para evitar que venham a entrar num processo de semiparalisia. A solução desses problemas vai exigir o engajamento de todos os atores dessas instituições – dirigentes, professores, alunos e servidores – por meio de ações inovadoras. Isso vai exigir uma nova forma de governança.

A providência mais urgente, frente a esse cenário de mudanças, será a elaboração e/ou a revisão dos seus planejamentos estratégicos, na busca de promover a análise sistemática dos pontos fortes e

5 Matias-Pereira, José. A governança aplicada no setor público brasileiro. APGS, Viçosa, v.2, n.1, p. 109-134, jan./mar. 2010.

6 Matias-Pereira, José. Governança no Setor Público. São Paulo: Atlas, 2010; Matias-Pereira, José. Manual de Gestão Pública Contemporânea. 5a.edição. São Paulo: Atlas, 2016.

fracos dessas instituições, e das oportunidades e ameaças do meio ambiente com o intuito de estabelecer objetivos, estratégias, ações e medidas inovadoras que possibilitem as suas adequadas inserções na sociedade. O sucesso desse novo planejamento estratégico vai exigir uma forte participação da alta direção dos institutos federais, bem como do corpo docente, discente e servidores administrativos.

Considerações finais

Percebe-se que, a expansão acelerada das instituições federais de educação profissional e tecnológica, num momento em que a crise econômica estava se agudizando no Brasil, se apresenta como o fator mais crítico para a sua operacionalização. Assim como vai ocorrer com as universidades, as restrições orçamentárias, com a aprovação da PEC do teto de gastos, deverão se agravar a partir de 2017.

O principal desafio das instituições que integram a rede de educação profissional e tecnológica brasileira, diante desse cenário de dificuldades, é buscar encontrar meios para promover a sua consolidação. Nesse sentido terão que deixar claro para a sociedade que estão aptas a contribuir com o desenvolvimento nacional. Para que isso ocorra devem se preocupar em aperfeiçoar a articulação das políticas para a EPT com as demais políticas públicas desenvolvidas pelo governo.

Nesse esforço, devem procurar evidenciar para a sociedade, apoiados em indicadores sólidos, a relevância do papel dos institutos federais no campo da educação básica; a sua competência para a formação de docentes, em especial, em matemática, química, física e biologia; a intensificação da conexão com a educação de jovens e adultos; e a sua capacitação para desenvolver a extensão tecnológica de apoio às pequenas e médias empresas, cooperativas e organizações sociais sem fins lucrativos, desenvolvimento de inovações educacionais, sociais e organizacionais, dentre outros.

Os integrantes da rede precisam ser capazes de construir um diferencial no que se refere a sua competência para conectar ensino/ciência/tecnologia com as demandas do desenvolvimento local e regional. Assim, precisam evitar de reeditarem os modelos de educação profissional pré-existent na rede, que já ficaram no passado, como por exemplo, os Cefets, escola técnicas, etc.

O principal desafio dos dirigentes e do corpo docente é desenvolver uma cultura de educação

profissional e tecnológica, buscando diferenciar-se do modelo acadêmico da relação ensino/ciência/tecnologia predominante na universidade brasileira. Os docentes vão precisar passar por intenso processo de formação, do ponto de vista prático, para se tornarem capazes de unir teoria e prática num mesmo ambiente de ensino. Esse esforço vai exigir uma forte determinação desses atores para realizar essa mudança cultural, visto que foram influenciados nas suas formações pela cultura de educação na universidade, essencialmente teórica.

Independente da visão política ou ideológica de seus dirigentes, docentes e servidores, a superação das dificuldades presentes e futuras, diante das restrições orçamentárias impostas pela crise econômica, vai exigir que os integrantes da rede de institutos federais desenvolvam competências específicas e inovadoras para promover a atração de novas parcerias junto ao setor privado. Para isso terão que buscar entender que tipo de profissional que os agentes econômicos que atuam nos lugares onde estão localizados necessitam.

Isso significa que terão que desenvolver competências específicas para formar profissionais diferenciados, que atendam as demandas do setor produtivo local ou regional. É necessário, também, aperfeiçoar a forma como se comunicam com a sociedade, que praticamente desconhece a relevância do papel das instituições de educação profissional e tecnológica.

Em síntese, a consolidação das instituições que integram a rede de educação profissional e tecnológica brasileira, diante de uma realidade complexa e desafiadora como a atual, impõe a adoção de um modelo de governança criativo, que propicie a rede conectar-se de forma inovadora com a sociedade.

Para isso terão que, entre outras medidas, adequar o ensino, a pesquisa e extensão às necessidades do segmento produtivo, desenvolver modelos de parcerias inovadoras com os atores do setor privado, criar canais permanentes de trocas de experiências bem-sucedidas, reduzir os custos operacionais, instituírem fundações de pesquisas para tornar mais flexível a operacionalização do sistema, entre outras medidas.

Essa nova forma de governança irá permitir que a rede seja capaz de ofertar a sociedade uma educação pública de qualidade na área de educação profissional e tecnológica, que permita a consolidação desse importante modelo de educação para o Brasil.